

# Entre a incompreensão e a intolerância: as raízes do extremismo no século XVII<sup>1</sup>

*Between misunderstanding and intolerance: the roots of extremism in the XVII<sup>th</sup> century*

Luiz Paulo Rouanet  
Universidade Federal de São João Del Rey (UFSJ)  
luizpaulorouanet@gmail.com

**Resumo:** Analisar as raízes do extremismo exige considerar fatores psicológicos, sociais, econômicos e geopolíticos, evitando generalizações. Este estudo foca no século XVII, período marcado pela intolerância religiosa na Europa. Examina: (I) o Édito de Nantes (1598), pioneiro ao promover tolerância entre protestantes e católicos; (II) seu oposto, o Édito de Fontainebleau (1685), que revogou a tolerância; (III) a "Oração fúnebre a Michel de Tellier" (1686), de Bossuet, que exaltou a revogação; e (IV) o texto de Pierre Bayle (1690), que criticou a intolerância de ambos os lados. Através desses documentos, busca-se compreender as origens do extremismo no contexto das guerras religiosas, destacando como a imposição dogmática e a exclusão do dissenso moldaram conflitos históricos. O objetivo é refletir sobre os mecanismos da intolerância, cujos ecos permanecem relevantes hoje.

**Palavras-chave:** extremismo; intolerância; século XVII; Bossuet; Bayle; religião.

**Abstract:** Analyzing the roots of extremism requires examining psychological, social, economic and geopolitical factors, avoiding generalizations. This study focuses on 17th century Europe, a period marked by religious intolerance. It examines: (I) the Edict of Nantes (1598), groundbreaking in promoting tolerance between Protestants and Catholics; (II) its opposite, the Edict of Fontainebleau (1685), which revoked tolerance; (III) the "Funeral Oration for Michel Le Tellier" (1686) by Bossuet, praising the revocation; and (IV) Pierre Bayle's text (1690) criticizing intolerance on both sides. Through these documents, the study explores the origins of extremism during the religious wars, showing how dogmatic imposition and suppression of dissent shaped historical conflicts. The goal is to reflect on mechanisms of intolerance whose echoes remain relevant today.

**Keywords:** Extremism; Intolerance; XVII<sup>th</sup> century; Bossuet; Bayle; Religion.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio do DFIME-UFSJ.

## Introdução

Houve dois acontecimentos marcantes na história da tolerância na França – ou da intolerância, de acordo com a perspectiva: o primeiro foi o Édito de Nantes, promulgado pelo Rei Henrique IV, em 1598; o segundo foi o de sua revogação, através do Édito de Fontainebleau, promulgado pelo Rei Luís XIV, em 1685. Isto não significa que tenha havido paz, de fato, entre um Édito e outro. O Édito nunca foi plenamente posto em funcionamento, e muito menos após a morte de Henrique, em 1610<sup>2</sup>. Houve várias tentativas de revogar suas disposições, mas isto só foi feito, e de maneira radical, por seu neto, Luís XIV.

Neste texto, ao invés de nos concentrarmos em aspectos indiretos, como o estudo dos círculos literários rabelaisianos a fim de levantar as atitudes de credulidade e incredulidade no século XVII, como fez Lucien Febvre (FEBVRE, 2009), vamos nos concentrar nos aspectos históricos mais gerais, e examinar primeiramente os dois éditos, o de Nantes (1598) e o de Fontainebleau (1685). Em seguida, examinaremos dois textos, um a favor da revogação do Édito de Nantes, de Bossuet, e outro de Pierre Bayle que, apesar de não defender expressamente o Édito de Fontainebleau, que revogou o Édito de Nantes, afirma que os protestantes fariam o mesmo – e o fizeram, na Inglaterra. Efetuaremos, assim, do ponto de vista metodológico, uma espécie de combinação entre a filosofia e a história, como temos feito em outras ocasiões.

A estrutura deste texto, portanto, seguirá a seguinte ordem: 1. Exposição dos principais artigos do Édito de Nantes (1598); 2. Exposição do Édito de Fontainebleau (1685); 3. Análise da *Oração fúnebre de Le Tellier* (1686), de J.-B. Bossuet; 4. Análise de “Aviso importante aos refugiados sobre seu próximo retorno em França” (1690); Conclusão.

### 1. Exposição dos principais artigos do Édito de Nantes (1598)

O Édito de Nantes constitui a primeira institucionalização, de fato, da tolerância religiosa na França, embora tenha havido tentativas anteriores (ZARKA et al. [org.], 2002; cf. LECLER, 1994). O documento é composto por 92 artigos, mais 56 artigos “secrets” ou particulares e dois breves. Foi assinado em 30 de abril de 1598 pelo rei Henrique IV, em Nantes. O documento original foi destruído durante o cerco de La Rochelle (1627-28), mas uma cópia autêntica foi conservada em Genebra (ZARKA et al., 2002, t. II, p. 382).

De maneira geral, é um documento muito claro, racional, e procura se colocar de maneira equânime em relação às duas partes em conflito, a saber, os católicos apostólicos romanos e os reformistas, pertencentes à Religião Pretensamente Reformada (RPR, daqui por diante; a sigla é utilizada nos próprios documentos). Vê-se, já, por aí, que a tolerância aqui praticada é a de “permitir” a prática de uma religião que não a católica; trata-se de uma tolerância “arrogante”, por assim dizer (cf. WALZER, 2023), ou “tolerância governamental”, para utilizar a classificação de Paul Ricoeur (RICOEUR, 1995, p. 184). Mas passemos ao texto.

Após ter debelado a guerra civil que se instaurara em França, e em grande parte da Europa, nas chamadas Guerras de Religião, quando a solução se dava somente pela força, agora, em momento de paz, o rei pode recorrer a uma solução política, e legal. Vejamos como isso se passou, nas palavras do próprio Henrique, no preâmbulo:

Henrique, pela graça de Deus, Rei de França e de Navarra, a todos os presentes e a vir, saudação. Entre as graças infinitas que coube a Deus nos conceder, esta é das mais insígnies e notáveis, de nos ter concedido a virtude e a força de não ceder às pavorosas perturbações, confusões e desordens que ocorreram por ocasião de nosso advento a este reino, que estava dividido em tantas partes e facções que a mais legítima era quase aquela em menor número, e de nos ter todavia endurecido de tal modo contra essa tormenta que nós enfim a superamos e atingimos agora o porto de salvação e repouso deste Estado. (ZARKA et al., 2002, t. II, pp. 383-384)<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Em contrário, ver LECLER, 1994, p. 524: “Deve-se reconhecer que, a despeito de fortes oposições, o édito foi no conjunto observado até o início do reinado pessoal de Luís XIV.”

<sup>3</sup> Todas as traduções para o português são nossas, exceto quando indicado em contrário.

Após haver enfrentado esses conflitos, tendo “tantas vezes e tão livremente exposto nossa própria vida”, como diz, Henrique primeiro tratou daquilo que só se podia fazer pela coerção, e somente agora, pela razão. Novamente, em suas palavras:

E nessa grande concorrência de tão grandes e perigosos assuntos não podendo todas se resolver imediatamente e ao mesmo tempo, foi-nos preciso manter esta ordem de empreender primeiramente aquelas que só podiam se terminar pela força, e antes adiar e suspender por algum tempo os outros que deviam e podiam ser tratados pela razão e pela justiça como os diferendos gerais entre nossos bons súditos, e os males particulares das partes mais sadias do Estado, que estimávamos poder mais facilmente curar após ter retirado sua causa principal que residia na continuação da guerra civil. (*Idem*, p. 384)

E prossegue:

No que nos tendo, pela graça de Deus, bem e felizmente sucedido, as armas e hostilidades tendo de todo cessado em todo o interior do reino, esperamos que nos sucederá igualmente bem nos outros assuntos que restam ser solucionados, e que por esse meio chegaremos ao estabelecimento de uma boa paz e tranquilo repouso, que sempre foi o fim de todos nossos votos e intenções, e o prêmio que desejamos de tantas penas e trabalhos nos quais passamos este curso de nossa época. (*Ibidem*)

Atento às queixas de católicos e protestantes, e para pôr fim, pelo menos provisoriamente, a essas disputas, promulga o presente Édito “perpétuo e irrevogável” (*idem*, p. 386). Passemos à análise de seus principais artigos.

O primeiro artigo considera resolvido o assunto que gerou os conflitos, e se impõe o silêncio a esse respeito, doravante. Eis o texto:

Primeiramente, que a memória de todas as coisas passadas de um lado e de outro, desde o começo do mês de março de 1585 até nosso advento à Coroa, e durante as outras perturbações precedentes e por ocasião delas, permanecerá extinta e dissolvida, como coisa não advinda. E não será conveniente nem permitido a nossos procuradores gerais, nem outras pessoas quaisquer, públicas ou privadas, em qualquer época, nem por qualquer ocasião que seja, mencioná-las, processar ou perseguir em qualquer corte e jurisdição que seja. (*Idem*, p. 386, art. I)

O segundo artigo insta aos súditos que se esqueçam dos conflitos, e dos motivos dos conflitos, e passem a viver em paz:

Proibimos a todos os nossos súditos de qualquer estado e qualidade que sejam, de renovar a memória, atacar-se, ressentir, injuriar ou provocar uns aos outros por meio de censura do que se passou, por qualquer causa e pretexto que seja, disputar, contestar, querelar, ultrajar ou ofender de fato ou por palavra; mas conterem-se e viveram pacificamente juntos como irmãos, amigos e concidadãos, sob pena aos contraventores de serem punidos como infratores da paz e perturbadores do repouso público. (*Idem, ibidem*, art. II)

Oxalá os conflitos contemporâneos pudessem ser resolvidos dessa forma, por uma “penada”. O artigo terceiro restabelece o culto da religião católica nos lugares onde havia sido substituído pela Religião Pretensamente Reformada. Passaremos por cima de artigos que detalham o cumprimento dessa ordenação. O artigo VI assegura que os seguidores da RPR possam viver e praticar sua religião, desde que nos locais de culto específicos e em suas casas, mas não nas ruas. Assim, diz o artigo:

E para não deixar qualquer ocasião de perturbações e diferendos entre nossos súditos, permitimos antes e permitimos agora àqueles da dita Religião Pretensamente Reformada, viver e permanecer em todas as vilas e locais deste nosso reino e país de nossa obediência, sem serem inquiridos, vexados, molestados nem obrigados a fazer coisas paelo fato da religião contra sua consciência, nem por razão desta serem buscados em casas e locais em que desejarem habitar, comportando-se de resto segundo o que está contido em nosso presente édito. (*Idem*, p. 388, art. VI)

Os artigos VII e VIII tratam da observância em lugares pertencentes a donos de feudos. Nesse caso, a confissão será ordenada pelo dono do feudo, mas com permissão para que os demais, a ele submetidos, sigam sua própria religião, sob a justiça dos donos do feudo, mas sob a supervisão das autoridades reais.

O artigo IX permite que aqueles que já praticavam e cultuavam a RPR nos anos de 1596 e 1597, anteriores ao Édito, continuem a fazê-lo. Não lhes é permitido fazer fora dos lugares autorizados (artigo XII), e expressamente, não podem fazê-lo na cidade de Paris (art. XIV). É preciso lembrar que a Liga católica, contra a qual teve que lutar Henrique, estava sediada em Paris. A esse respeito, diz Lecler:

Não é preciso insistir sobre a posição dos “ligueurs” [membros da Liga]. Estes pretendem salvaguardar, independente do que ocorra, a regra tradicional: “Uma fé, uma lei, um rei”. O rei só pode ser católico e seus súditos devem ser trazidos, se necessário pela força, para a única religião do reino [a católica, bem entendido]. (LECLER, 1994, p. 502)

Há uma advertência aos pregadores (art. XVII):

Proibimos a todos os pregadores, leitores ou outros que falem em público, usar palavras, discursos e propostas tendendo a excitar o povo à sedição, assim lhes instamos que se contenham e se comportem modestamente, e nada digam que não seja para instrução e edificação dos ouvintes, e a manter o repouso e tranquilidade por nós estabelecidos em nosso dito reino, sob as penas previstas pelo presente édito. Ordenamos muito expressamente a nossos procuradores gerais e seus substitutos a informar por ofício contra aqueles que o infringirem, sob pena de responder em seus próprios e privados nomes, e de privação de seus cargos. (ZARKA et al., p. 392, art. XVII)

Prevê-se que a educação seja dada a todos, de qualquer religião que seja (art. XXII). Privações e perda de herança não se darão por motivo de ódio e de religião (art. XXVI). Assegura-se a liberdade de ocupação de cargos e ofícios (art. XXVII). Assegura-se tratamento igual a todos em relação ao sepultamento dos mortos (art. XXIX). Organizam-se conselhos e demais órgãos de administração em condição, se não de igualdade, pelo menos de representação por parte dos membros da RPR (art. L e ss.). Em todas as inscrições criminais, o encarregado [*sénéchal*] tome por substituto um membro da RPR, e o contrário, se for o caso (arts. LVXI e LXVII).

As crianças nascidas fora do país durante o período de perturbações serão consideradas francesas, sem necessidade de apresentar qualquer documento adicional, desde que o façam no prazo de dez anos a contar da promulgação do édito (art. LXX, com acréscimo do Parlamento de Paris). Concede-se liberdade e anistia a prisioneiros capturados durante o período das perturbações (art. LXXXIII).

Ordena-se a dissolução de ligas e associações dos membros da RPR, e a proibição estrita de novas associações (art. LXXXII). Concede anistia a soldados e guerreiros em geral por atos cometidos, desde que não sejam atos “execráveis”, como “rapto e violação de mulheres e meninas, queimas, assassinatos e roubos feitos por destempero [*prodicion*] e tocaias, fora das vias de hostilidades [as batalhas], e para exercer vinganças particulares etc.” (art. LXXXVI). Restabelece os direitos dos nobres que aderiram à RPR e que eventualmente saíram do país (art. LXXXIX). O artigo XCI declara nulos os decretos e editos anteriores:

(...) queremos que este nosso édito seja firme e inviolável, conservado e observado, tanto por nossos ditos juízes, oficiais de justiça quanto por outros súditos, sem se deter nem ter qualquer consideração por tudo o que poderia ser-lhe contrário, ou que o contrarie. (ZARKA et al., p. 422, art. XCI)

O artigo XCII ordena que autoridades e súditos jurem cumprir o édito assim promulgado.

Não entrarei nos detalhes dos artigos “secretos” ou “particulares” que dizem respeito a disposições particulares, relacionando cidades e locais em que deve ser observada esta ou aquela religião de preferência. Os breves, por fim, estabelecem valores e medidas a serem tomadas para efetivação do édito.

Alonguei-me na exposição do Édito de Nantes tanto por sua importância, quanto por seu tamanho, mas também para mostrar, no documento real, o advento de uma nova era, com o emprego da razão. Será a época de Descartes (nascido em 1596, em La Haye, em lugar que ficava a meio caminho entre os representantes da RPR e do catolicismo)<sup>4</sup> e o início do século do racionalismo. Mas nem tanto, como veremos.

<sup>4</sup> Cf. WATSON, 2002, pp. 49-50.

## 2. O Édito de Fontainebleau (1685)

O Édito de Fontainebleau, promulgado em 1685 pelo Rei Luís XIV é bastante curto, consistindo basicamente na revogação do – “perpétuo e irrevogável”<sup>5</sup>, como vimos – Édito de Nantes, promulgado por seu avô, Rei Henrique IV, 87 anos antes (1598).

O texto é odioso. Movido, provavelmente, por necessidade de Estado, é brutal. Considera que, por ser a maior parte dos cidadãos constituída por católicos, é doravante inútil o Édito de Nantes, procedendo à sua revogação (ZARKA et al., t. II, p. 444). É constituído por um preâmbulo e onze artigos.

É preciso dizer que o século XVII, ou o “Século de Luís XIV” como diz o título do livro de Voltaire (VOLTAIRE, 2014), não foi de modo algum um século de tolerância, pelo menos na França. Descartes não se sentiu seguro em Paris, indo refugiar-se primeiramente nos Países Baixos e, no final da vida, na Suécia. O mesmo biógrafo de Descartes citado acima mostra porque Descartes não podia sentir-se seguro em Paris:

Comentadores católicos disseram que Descartes estaria perfeitamente seguro vivendo e publicando na França. Mas o Parlamento de Paris promulgou um decreto em 1624 proibindo ataques a Aristóteles sob pena de morte. Descartes fizera pouco caso da lógica aristotélica e argumentara que a física de Aristóteles era falsa. Vanini fora queimado vivo em 1619 por fornecer explicações naturais de milagres – uma das vantagens que Descartes defendera para sua própria física – e mais do que doze heréticos foram queimados vivos na França durante a vida de Descartes. O que é mais, Descartes caçoava da astrologia justamente na época em que o Cardeal Richelieu recorria a horóscopos para tomar decisões de Estado. (WATSON, 2002, p. 32)

Mas voltemos ao Édito de Fontainebleau. Insistindo, de maneira falsa ou cínica, que a maioria dos cidadãos é católica, ordena a demolição de templos, interrupção imediata dos cultos e orações e conversão no prazo de 15 dias, sob pena de prisão e condenação às galés, para os homens, e sequestro de corpo para mulheres e crianças. Vejamos por ordem:

I. Revoga de maneira “perpétua e irrevogável” o decreto “perpétuo e irrevogável” de seu avô, e em consequência “desejamos e nos agrada que todos os templos daqueles da dita RPR situados em nosso reino, país, terras e senhorias de nossa obediência, sejam incessantemente [SIC] demolidos”.

II. Proíbe aos súditos da RPR reunir-se para exercer sua religião em qualquer lugar ou casa particular.

III. Proíbe o mesmo a senhores.

IV. Ordena a todos os ministros da RPR que não quiserem se converter, a sair do país no prazo de 15 dias após a publicação do édito, sem poder durante esse tempo fazer orações, exortação ou qualquer outro ato similar sob pena de galé.

V. Aos ministros que se converterem, receberão uma pensão, maior em um terço do que o salário que recebiam como ministros.

VI. Que se alguns desses ministros quiserem se tornar advogados, serão dispensados dos anos de estudo obrigatórios, desde que passem nos exames, pagando a metade do que se é exigido normalmente para esse caso.

VII. Proíbe-se o ensino da RPR em todas as escolas.

VIII. Os recém-nascidos de egressos da RPR deverão ser batizados por padres na religião católica.

<sup>5</sup> A expressão era usual e não deve ser tomada ao pé da letra, como adverte Lecler (LECLER, 1994, p. 556, n. 85).

IX. Que aqueles membros da RPR que tiverem saído do país em função do decreto, mas retornarem dentro de quatro meses, recuperarão os bens que possuíam. Passado esse tempo, serão desapropriados.

X. “Fazemos muito expressas e iterativas proibições a todos os nossos súditos da dita RPR de sair, eles, suas mulheres e filhos de nosso reino, país e terras de nossa obediência, nem de transportar seus bens e efetivos, sob pena para os homens de galeras e de confiscação de corpo e de bens para as mulheres”.

XI. Que as declarações feitas contra os relapsos sejam executadas sob forma e teor.

XII. Que os membros da dita RPR podem permanecer no país, sob condição de não praticar essa religião. “POIS TAL É NOSSO PRAZER” (grifado no texto).

O Édito é brutal, como dissemos. Vejamos agora, para terminar, duas posições, a favor desse decreto, uma de Jacques-Bénigne Bossuet e outra de Pierre Bayle.

### 3. Análise da *Oração fúnebre de Le Tellier* (1686)

Michel Le Tellier foi o principal redator do Édito de Fontainebleau, que revogou o Édito de Nantes. Nascido em família de nobreza de robe, isto é, títulos que foram comprados, não herdados, Michel Le Tellier participou de vários conselhos e foi um dos principais servidores de Luís XIV. O Édito de Fontainebleau foi assinado em 17 de outubro de 1685, e Le Tellier faleceu em 30 de outubro do mesmo ano.

Aqui, o grande orador Jacques-Bénigne Bossuet (1628-1700), representante da corrente galicana, isto é, que defendia os direitos da França acima dos direitos do Papa – em oposição aos Ultramontanos, que defendiam a supremacia da Santa Sé – faz uma oração fúnebre que mais celebra a “bondade” e “piedade” de Luís XIV e o acerto do Édito de Fontainebleau, “esse milagre de nossa época” do que propriamente discorre sobre o defunto.

Desde as primeiras palavras, fica claro que a intenção do necrológio é antes exaltar a “grande obra” que é o Édito de Fontainebleau do que propriamente a vida do falecido:

Alma piedosa do sábio Michel Le Tellier, após ter adiantado essa grande obra [o reforço da posição da Igreja na França, que culminou no Édito de Fontainebleau], recebi diante destes altares este testemunho sincero de vossa fé e de nosso reconhecimento (...). (ZARKA et al., 2002, t. II, p. 292)

Bossuet apoia-se bastante em São Paulo, para o qual redigiu um *Panegírico*, em 1659. Faz alusão ao “fardo” que constitui acolher na Igreja os novos convertidos (à força, como vimos acima). Sem o apoio do rei (Luís XIV), “como poderíamos sem esse apoio incorporar de fato à Igreja de Jesus Cristo tantos povos recém-convertidos, e carregar com confiança um acréscimo tão grande a nosso fardo?” (IDEM, p. 293).

Em seguida vem um elogio sem medidas do Édito e do Rei Luís XIV, que não podemos deixar de citar:

Não deixemos todavia de divulgar esse milagre de nossa época; façamos que ele seja conhecido nos séculos futuros [isto, sem dúvida]. Tomai de vossas plumas sagradas, vós que compondes os anais da Igreja: ágeis instrumentos *de um escriba habilitado e de mão diligente* [alusão a Sl 45 (44) 2]<sup>6</sup>, apressai-vos de pôr Luís ao lado dos Constantino e dos Teodósio [Imperadores romanos que implementaram o cristianismo como religião do Império].

Bossuet faz em seguida o elogio daqueles, autoridades civis e eclesiásticas, que combateram as heresias, sem permitir que se reunissem ou praticassem seus cultos, perseguindo-os com armas e outros recursos. Após citar Eusébio de Cesareia (265-340), autor de uma *História eclesiástica*, que relata esses acontecimentos, conclui Bossuet:

<sup>6</sup> Vale a pena citar aqui (segundo a versão da Bíblia de Jerusalém): “Meu coração transborda num belo poema, eu dedico a minha obra a um rei. minha língua é a pena do escriba habilitado” (Sl 45(44)2).



Assim caía a heresia com seu veneno, e a discórdia retornava ao inferno, de onde havia saído. Eis, Senhores, o que nossos pais [padres] admiraram nos primeiros séculos da Igreja. Mas nossos padres não viram, como nós, uma heresia inveterada cair repentinamente; os rebanhos dispersos retornar em massa, e nossas igrejas demasiado estreitas para recebê-los; seus falsos pastores os abandonaram, sem mesmo esperar a ordem, e felizes por poder lhes alegar seu banimento como desculpa [vimos como isso foi feito, e como não lhes foi dada alternativa: banimento ou prisão com condenação às galeras, ou abjuração e conversão]. (IDEM, pp. 295-296).

E continua Bossuet:

(...) tudo calmo em um movimento tão grande; o universo espantado de ver em um acontecimento tão novo a marca mais certa, assim como *o belo uso* [grifo meu, LPR], da autoridade, e o mérito do príncipe mais reconhecido e mais reverenciado que sua autoridade mesma. *Tocados por tantas maravilhas, distendamos nossos corações sobre a piedade de Luís.* [grifo meu]. (Ibidem)

Creio que basta no que diz respeito a Bossuet. Vejamos, para terminar, o texto de Pierre Bayle.

#### 4. Análise de “Aviso importante aos refugiados sobre seu próximo retorno em França” (1690)

O texto de Pierre Bayle (1647-1706), ou a ele atribuído (foi publicado de forma anônima e sob um endereço falso do editor) é bem mais interessante do que aquele de Bossuet, que acabamos de examinar. Ele é interessante porque, embora não ataque o Édito de Fontainebleau, considera que os protestantes fariam – e fizeram – o mesmo. Foi o caso, por exemplo, do episódio da exclusão, ocasião em que defenderam a deposição do rei Jaime II, devido apenas ao fato de cogitar permitir a liberdade de culto entre católicos e reformados (sejam anglicanos, sejam de outras tendências ou seitas).

O principal questionamento do autor do “Aviso” é o seguinte: 1) “estarão os protestantes dispostos a conceder a outros a liberdade de consciência e de culto que eles com razão exigem para si mesmos?” (Frank Lessay in Zarka et al. t. II, p. 334. Em outros termos, segundo Lessay, “Independentemente das contradições de seus discursos políticos, os protestantes franceses parecer exigir uma liberdade que eles não estão dispostos a reconhecer a outros” (Lessay, *ibidem*, p. 335).

Passemos ao texto.

A primeira observação do texto diz respeito ao dever de obediência em relação ao soberano. Segundo o autor, os protestantes só parecem estar dispostos a se submeter ao soberano quando este lhes for favorável, de preferência, professando sua fé. Assim, diz que todos os escritos e libelos dos protestantes

(...) desembocam todos neste centro e ponto capital, *é que os soberanos e os súditos se obrigam reciprocamente, e por via de contrato, à observação de certas coisas, de tal maneira que se os soberanos não cumprirem o que haviam prometido, os súditos se encontram desse modo desobrigados de seu juramento de fidelidade, e podem se ligar a novos senhores, seja que todo o povo desaprove a falta de palavra de seus soberanos, seja que a mais numerosa e considerável parte consinta nisso.* (Zarka et al., t. II, p. 336; grifos do autor do texto)

Um segundo ponto levantado pelo autor diz respeito à exigência, feita em 1573 (doze anos antes do Édito de Fontainebleau, portanto), do “Teste”, isto é, o “Ato do teste”, de 1673, pelo qual se obrigava a que todo detentor de um cargo público, na Inglaterra, recebesse a comunhão segundo o rito anglicano (p. 342, n. 6). Deve-se reconhecer que o autor do “Avis” tem razão quando afirma que:

(...) é talvez mais espantoso que franceses que chamam incessantemente de diabólica a proibição dos exercícios de sua religião tenham traduzido e publicado com tanta rapidez um livro em que se ameaça de morte um rei se ele se propuser a mudar leis que retiram a liberdade de consciência a seus súditos católicos. (*Idem*, pp. 342-343)

O livro a que o autor se refere tem por título: “A irrevogabilidade do Teste e das leis penais provada pela morte trágica de Carlos Stuart rei da Inglaterra, pai de Jaime II, reinante no presente”.<sup>7</sup>

Já entre os galicanos, Bayle menciona elogiosamente Renaud de Beaune, arcebispo de Bourges, para quem “é-se obrigado a reconhecer e honrar como seu rei aquele ao qual o reino pertence pelo direito inviolável de uma sucessão legítima, sem levar em conta a religião que ele professa, nem a seus costumes” (Idem, p. 347, citado por Bayle). Vimos como, para os galicanos, embora católicos, a lealdade em relação a seu rei e a seu país vem antes da lealdade à sua confissão, no caso, a católica.

Seria interessante analisar, mas não podemos fazê-lo aqui por questão de tempo, outro texto atribuído a Bayle, no qual critica a conversão pela força. Trata-se do *Comentário filosófico sobre estas palavras de Jesus Cristo: Obriga-os a entrar* (Lc 14,23). Não dispomos do *Comentário* propriamente dito, mas sim do *Suplemento* a esse texto, publicado no terceiro volume da coletânea de Zarka (ZARKA et al., 2002, t. III).

## Conclusão

Examinamos acima, de modo rápido, dois documentos respectivamente de tolerância e de intolerância, a saber, o Édito de Nantes, sancionado em 1598, e o Édito de Fontainebleau, sancionado em 1685. Vimos também, rapidamente dois textos relacionados à revogação do Édito de Nantes, a *Oração a Michel de Tellier*, de Bossuet, e o “Aviso aos refugiados”, de Bayle.

O que se constata é que, a despeito da tentativa do rei Henrique IV de efetivamente proporcionar a liberdade de culto e de consciência na França, e pôr um fim às guerras de religião, pelo menos nesse país, fracassaram. O Édito nunca foi propriamente implementado, ou o foi apenas de maneira parcial. Quando o rei Luís XIV, em 1685, procede à revogação do Édito promulgado por seu avô, a despeito da violência com que o faz, dando um prazo de apenas 15 dias para que os protestantes se convertessem ou deixassem o país, o rei o faz, muito provavelmente, por razões de Estado. A intolerância grassava nos dois lados da Mancha. Na Inglaterra, o rei Carlos I foi assassinado. Seu filho, Jaime II, é obrigado a fugir do país após a invasão de Guilherme de Orange, que assumirá a coroa com o título de Guilherme III, chamado pelos protestantes. Jaime II jamais deu a entender que revogaria o direito de culto dos protestantes, ou que tornaria o catolicismo religião oficial do país, mas a mera hipótese de que o fizesse levou à sua deposição.

A *Oração* de Bossuet é um elogio desbragado do édito e do rei, e não merece maior comentário. O texto de Bayle é interessante, porque nos leva a ver com outros olhos o que se passava por ocasião da promulgação do Édito de Fontainebleau. Não estaria o rei se antecipando a uma tentativa dos protestantes de questionarem sua legitimidade e levarem as perturbações da Inglaterra para a França. O rei britânico, aliás, tinha pretensões – legítimas ou ilegítimas – ao trono francês. O rei tinha quatro coroas: Rei da Escócia, da Irlanda, da Inglaterra e da França.

Não é minha intenção aqui defender o rei Luís XIV e muito menos o famigerado Édito de Nantes. Meu propósito, antes, como historiador-filósofo, é de compreender melhor o que se passa no período. Na continuidade de minhas investigações neste campo, eu me concentrarei nas obras de Bayle, em especial em seu *Comentário filosófico*, já citado, e em seu *Dicionário*.

<sup>7</sup> “L’irrévocabilité du Test et des lois pénales prouvée para la mort tragique de Charles Stuart roi d’Angleterre, père de Jacques II à présent regnant”.



**Referências bibliográficas**

DOSSE, F. *A história à prova do tempo – Da história em migalhas ao resgate do sentido*. 2ª. ed. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

FEBVRE, L. *O problema da incredulidade no século XVI*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

HOBBSAWM, E. *A era dos extremos*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LECLER, J. *Histoire de la tolérance au siècle de la Réforme*. Paris: Albin Michel, 1994.

RICOEUR, P. *Em torno ao político*. Trad. bras. São Paulo: Loyola, 1995.

WALZER, M. *Da tolerância*. Trad. Almiro Piseta. 2ª. ed. São Paulo: W M F Martins Fontes, 2023.

WATSON, R. *Cogito, ergo sum – The Life of René Descartes*. Boston: David R. Godine, 2002.

VOLTAIRE, *Le siècle de Louis XIV*. Ed. aumentada (biografia). Edição eletrônica. Paris: Arvensa éditions, 2014.

ZARKA, Y.; LESSAY, F.; ROGERS, J. (org.). *Les fondements philosophiques de la tolerance*, 3 vs. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.